



Labor Omnia Improbis Vincit: Memórias e ações da União Operária de São Francisco-MG (1960-1990)

AURICHARME CARDOSO DE MOURA*

O município de São Francisco está localizado à margem direita do rio São Francisco, na região Norte do Estado de Minas Gerais, no vale do médio São Francisco, com uma área territorial de 3.300 km². Situa-se a 158 km de Montes Claros-MG, 580 km de Belo Horizonte e 420 km de Brasília, capital federal.

São Francisco recebeu este nome em homenagem ao rio da integração nacional na data de sua elevação à categoria de cidade, em 1877. Pouco conhecido no Estado de Minas Gerais, o município centenário tem na agropecuária sua principal atividade econômica. Localizando-se na região semiárida de Minas Gerais, o município tem a pobreza e a desigualdade social como marcas históricas causadas pelo descaso das autoridades políticas e pela falta de investimentos econômicos. Assim, entendemos que a falta de chuvas apenas agrava os problemas locais, haja vista que os fatores determinantes são outros.

A população de São Francisco era\é constituída por sertanejos, quilombolas, comerciantes, pescadores, pequenos lavradores, criadores de gado, fazendeiros, profissionais liberais, entre outros. O Rio São Francisco é um bem simbólico e cultural da cidade, usado para diversas atividades de lazer, sociabilidades e trabalho. Muitos moradores de São Francisco vieram de longe, tendo as suas raízes em outros estados. Desembarcaram na cidade através dos vapores e barcos à procura de uma melhoria de vida. O transporte fluvial também contribuía para que os produtos de “fora” chegassem a São Francisco.

Nesta pacata cidade, nas décadas de 1920 e 1930, o silêncio era quebrado pelo apito de um vapor ou o som de búzio de um barqueiro. Naquela mesma época, uma “magia nacional” chegava à cidade: o futebol. Esta modalidade esportiva foi trazida no ano de 1919, por intermédio do Almir Santana, de Pirapora (MG). João Botelho Neto (NETO, 2005) salienta que o futebol começava a movimentar a turma mais nova e o sonho de então era arranjar dinheiro para comprar um par de chuteiras que tanto eram usadas no campo como nas ruas e até mesmo no salão do baile.

Doutorando em História Social. Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Capes. E-mail: auri.historia@hotmail.com

O cotidiano da população são-franciscana no início do século XX era marcado por hábitos simples ligados, principalmente, às tradições e festividades religiosas. Danças, serenatas, poesias, bailes, carnavais, desfiles, contos, “causos”, festas, mitos, folclores, folias, esporte e rezas eram manifestados nos ambientes públicos ou privados do município. Os carnavais, que tinham duração de três noites, ficaram famosos na região com desfiles e bailes à fantasia.

O memorialista João Botelho Neto destaca que São Francisco, na década de 20, era uma “cidadezinha pequena, pobre, com um comércio acanhado e com poucas lojas” (NETO, 2005:03). O município não possuía ruas pavimentadas, sendo que um dos principais meios de transporte na cidade eram as carroças e os barcos que atravessavam o rio São Francisco.

No que se refere aos aspectos de saúde e educação da população, o memorialista Brasileiro Braz observa que não existia nenhum médico no município, sendo que os índices de doenças como malária e outras epidemias eram desoladores. O ensino era realizado na casa de uns poucos professores que existiam na época, todos eles mal remunerados e mal alimentados (BRAZ, 1977).

Brasileiro Braz nos relata que, a partir de 1927, o presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, Manoel Ferreira, impulsionou o desenvolvimento do município realizando obras, como instalação da luz elétrica e arborização das ruas. No meio rural, construiu estradas (de carro de boi, naturalmente) e pontes. Na avaliação desse memorialista, o progresso da cidade estava começando e a política econômica municipal cumprindo efetivamente com o seu dever de administrar a coisa pública com eficiência e governabilidade (BRAZ, 1977).

O prefeito Oscar Caetano Gomes, eleito pela câmara em 1931 pelo voto indireto, tratou de modificar o estereótipo negativo que a população e os estrangeiros tinham em relação a São Francisco. Brasileiro Braz descreve que o prefeito foi um bom gestor público, criando um asilo para os enfermos e o hospital municipal (BRAZ, 1977). Nesta época, muitas pessoas foram desapropriadas das suas casas e terrenos para a abertura e correção de ruas. Além disso, para ativar a educação municipal foram criadas várias escolas na zona rural e na cidade.

Oscar Caetano Gomes fechou o perímetro urbano e procurou impor o cumprimento da lei que proibia a criação e circulação de animais nas ruas da cidade. Atrações

turísticas e de entretenimento também foram contempladas, como a criação do Estádio municipal Brasileiro Braz, em 1936. Em 1935 houve o ajardinamento e a construção do coreto na Praça 15 de novembro, que atualmente é conhecida como Praça do Centenário.

O município, que tinha um aspecto rural, gradativamente foi modificando a sua aparência. Entretanto, o desenvolvimento urbano não foi acompanhado por um desenvolvimento social e, por isso, várias mazelas sociais como fome, pobreza e enfermidades ainda estavam presentes no cotidiano de vários indivíduos de São Francisco.

No que se refere à estratificação social na cidade de São Francisco naquele período, o memorialista João Botelho Neto (NETO, s/d) nos informa que a sociedade era dividida em duas classes, cada qual com sua organização. A primeira era constituída de comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos com alto poder aquisitivo, capaz de dar a eles um padrão de vida alto. A segunda classe era composta por operários, pequenos comerciantes e funcionários dos escalões mais baixos.

Em uma cidade pequena como São Francisco, na década de 1930, as pessoas se mantinham muito próximas e conheciam as carências dos vizinhos e da população do município. Pensando em oferecer um auxílio aos cidadãos mais necessitados, um grupo de homens, a maioria pertencente à segunda classe mencionada, se reuniu para formar uma associação sem fins lucrativos de auxílio mútuo. Assim, em 17 de abril de 1932, foi criada a União Operária São Francisco de Assis, que acumulava funções ligadas à assistência social, ao entretenimento e lazer.

Boris Fausto salienta que a formação de sindicatos e associações tinha o apoio e estímulo do Governo Federal desde que se adequassem às normas estabelecidas, entre as quais estava o equilíbrio dos interesses entre patrões e empregados (FAUSTO, 2008). Mesmo distante do centro do poder, a União Operária operava de acordo com as regras da política corporativa do governo de Getúlio Vargas, não representando um perigo de subversão para a elite dominante da época.

João Botelho Neto destaca os fundadores e os membros da primeira diretoria da entidade: Presidente: Zeferino Pereira dos Santos, carpinteiro; Vice - presidente: Francisco Martins Pereira (Chico Curimata), pedreiro; 1º Secretário: Enedino Gonçalves de Brito, carpinteiro; 1º Tesoureiro: Minervino Mainart, advogado; 1º Orador: Artur Néri Gangana, político (NETO, s/d).

Entre os membros não se encontravam apenas operários, mas também profissionais liberais e pessoas de maior poder aquisitivo. Essa heterogeneidade na composição social da União Operária demonstra que existia certa harmonia social entre classes distintas (tal como pregado pela política varguista) e que as melhorias para a classe trabalhadora deveriam ocorrer dentro do sistema econômico vigente, estando distante de seu horizonte uma perspectiva de revolução social.

Percebemos que a Doutrina Social Cristã exercia muita influência na criação de associações na primeira metade do século XX. Segundo Gustavo Zuquette Pereira, “em 1931, quarenta anos após a publicação da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI publicou a encíclica *Quadragesimo Anno*, evidenciando a proposta de que a sociedade deveria organizar-se de forma harmônica” (PEREIRA, 2014, p. 20). As duas encíclicas nortearam a criação de diversas uniões operárias no Brasil, pregando a concórdia entre as classes e o fim da luta entre “capital e trabalho” já que, segundo a igreja católica, o capital tem necessidade do trabalho e vice-versa.

Destarte, fica claro que as encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, e a *Quadragesimo Anno*, de 1931, orientam os fiéis para a existência de um ambiente de consenso entre as classes e afastamento de teses marxistas da vida do operário. Muitas associações foram influenciadas pela igreja católica para livrarem os trabalhadores das doutrinas comunistas que pregavam a luta de classes (de forma violenta), o fim da propriedade privada e duvidavam da existência de Deus. Em síntese, a igreja estava preocupada com as mazelas sociais, mas não seria através do comunismo que o problema seria resolvido.

A União Operária foi constituída com normas inéditas para a cidade na época de sua criação. Seus estatutos eram considerados rígidos porque tinham uma hierarquia a ser obedecida e para ser aceito era necessário que o indivíduo se enquadrasse em diversos critérios. Em caso de transgressão de alguma das normas estabelecidas pelo Estatuto da União Operária, o sócio poderia, mediante votação, ser expulso.

Na ata de reorganização da União Operária (ONG PRESERVAR, 1937:1-3) podemos observar detalhes de suas normas e objetivos. Abaixo, segue, sem alterações, a transcrição do referido documento produzido no ano de 1937.

Comarca de São Francisco

Cartório do primeiro ofício judicial, notas, do registro de títulos e documentos e pessoas jurídicas. O oficial

Arnaldo Carlos da Cunha

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que, reverendo em meu poder e cartório, o livro n.2-a, de registro dêle consta de fls.92 a 93, sob n.162, feito em 6 de dezembro de 1937 (mil novecentos e trinta e sete), o registro do teor seguinte: registro integral do extrato do resumo dos estatutos da “Sociedade União Operária São Francisco de Assis”, como abaixo segue:

Presidente: o Sr. José Olímpio dos Santos, mediante requerimento, na forma da lei: “Sociedade União Operária São Francisco de Assis” fundada em 17 de abril de 1.932 e reorganizada em 14 de novembro de 1937. Capítulo I: da sociedade e seus fins: Art. 1º: A Sociedade União Operária São Francisco de Assis é institucionalizada e terá sede nesta cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais, com os seguintes fins: a) promover o conagraçamento da classe operária desta cidade; b) promover o desenvolvimento das letras e das artes de seus associados, criando escolas e oficinas; c) ajudar no funeral de seus sócios criando pensões para suas famílias; d) promover festas recreativas aos associados; e) zelar pelo cumprimento exato das leis em vigor de acordo com a Constituição da República. Capítulo II. Dos sócios- artigo 7º: a sociedade se comporá de sócios efetivos, honorários e beneméritos. Capítulo III. Artigo 9º, para ser admitido sócio é necessário: 1º) uma pessoa da arte que se relacione com a indústria, 2º) ser maior de 21 anos e menor de 60, devendo saber ler e escrever, 3º) ser honesto, ter correto procedimento, bons costumes e ser católico prático, 4º) ser proposto e aceito em sessões da diretoria, mediante requerimento, com a declaração de nacionalidade, estado civil, profissão e residência, 5º) gozar de boa saúde, a critério da diretoria, 6º) não pertencer a nenhuma seita e nem agremiação condenadas. Capítulo IV. Da diretoria: art.18- A diretoria será tirada dentre os sócios efetivos e se comporá: de um presidente e vice-presidente, de um 1º secretário e 2º secretário, de um 1º e 2º pronunciadores, de um 1º e 2º oradores, de um tesoureiro, de um fiscal, de uma comissão de contas e outra de sindicância composta de três membros cada uma, os quais respondem

para com ela pessoal e solidariamente e não subsidiariamente pelas obrigações sociais. Capítulo XV-Disposições Gerais. Art.72- a entidade só poderá dissociar-se quando nela não existirem sócios que não componham o número da diretoria. Parágrafo Único: no caso deste artigo, o fundo da sociedade será entregue, inclusive a sua sede social, a confraria de São Vicente de Paula ou, caso esta não existir, será entregue qualquer outra instituição. São Francisco, 17 de novembro de 1937. A diretoria: presidente: José Olímpio dos Santos, vice-presidente: José Diamantino, secretário: Moacir Gangana, tesoureiro: José Neri Gangana, 1º orador: Minervino Maynart, 2º orador: José de Figueiredo Falcão, sindicante: Senhorinho Roseno dos Santos, sindicante: José Oliveira Castro, 1º fiscal; Aurelino Carlos da Cunha, 1º pronunciador: Zachio Canabrava, 2º pronunciador: Francisco dos Santos.

Após a disposição rigorosa dos preceitos legais, para que, na forma da lei, possa dita sociedade ter personalidade jurídica e gozar das vantagens e garantias legais e de direito. Apresentado para registro foi apontado sob nº de ordem 162 e neste competente livro, ora assim registrado, sob igual número. Eu, Arnaldo Carlos da Cunha, tabelião do 1º ofício e oficial do registro especial de títulos e documentos e outros papéis, a escrevi, registrei, dou fé, subscrevo e assino em público e raso. São Francisco, 6 de dezembro de 1.937.

Apesar de ser constituída por trabalhadores ligados a indústria, como ferreiros, soldadores, pedreiros e carpinteiros, a União Operária também recebia sujeitos que eram do campo, uma vez que a grande maioria da população do município de São Francisco, naquela época, era constituída por trabalhadores rurais. Existiam, ainda, profissionais liberais que, desde a fundação da instituição, ocupavam cargos da diretoria. Esta diversidade de categorias sociais na composição da Operária mostra que o ideal de “harmonia de classes” estava presente e que existia um enquadramento dos seus membros nas normas pregadas pelas encíclicas católicas.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) existia um interesse do Estado e da Igreja Católica em criar um modelo de trabalhador, a saber: um proletário cristão, digno, laborioso, responsável socialmente e pai de família. A União Operária seria um lugar de confraternização onde os trabalhadores estariam livres de “seitas e agremiações condenadas”, ou seja, a associação significaria um aparelhamento do Estado, no qual as classes estariam blindadas contra influências externas consideradas perigosas.

A instituição jamais fez opção de trilhar caminhos marcados por atitudes extremas, mas escolheu ser formada por princípios católicos segundo a Doutrina Social

Cristã, empunhando uma bandeira de luta marcada pelos preceitos: “Deus, União e Trabalho”. A União Operária estava em convergência com o propósito da igreja católica de criar um operário cristão modelo que se afastasse de ideias subversivas (leia-se comunismo).

Observamos que a União Operária prezava pela valorização de conceitos, como tradição, família e Igreja Católica. O sócio não poderia viver um cristianismo secular; era preciso ser católico fiel e praticante, além de possuir honestidade e boa índole. No que se refere à admissão de novos sócios, é notória a exclusão de alguns indivíduos, como doentes, fiéis não católicos, desempregados, idosos e analfabetos.

Notamos que um dos fins da entidade era “zelar pelo cumprimento exato das leis em vigor de acordo com a Constituição da República”. Ora, tal Constituição promulgada por Vargas em novembro de 1937 (o Estatuto da União Operária era de dezembro do mesmo ano) era claramente fascista, haja vista que garantia plenos poderes ao presidente e à polícia, além de proibir greves, fechar o legislativo, impor um cerco militar ao Congresso Nacional, decretar o fim do federalismo e a supressão das instituições democráticas. Mesmo tendo um cunho autoritário, a Constituição de 1937 não foi criticada na elaboração do Estatuto da Operária, pelo contrário, este foi criado em concordância com as normas nacionais, mostrando que não era interessante para a sociedade são-franciscana entrar em atrito com o poder central.

A sociedade operária tinha um valor estritamente beneficente e recreativo, não subversivo. Neste quesito de ajuda mútua, percebemos nas várias reportagens de jornais da época a intensa mobilização de trabalhadores no sentido de garantir aos sócios e à população carente do município uma vida mais confortável e digna. Era dever da entidade socorrer o membro indigente ou enfermo, instituindo-lhe pensão, além de ser obrigação dos associados acompanhar os restos mortais do companheiro falecido desde a sua residência até o cemitério. Os estatutos defendiam os sócios em todos os seus direitos e prestavam assistência a eles nos momentos de dificuldades, promovia a defesa do sócio criminoso, quando o crime era considerado “justificável”. Quem praticasse crime que revelasse maldade, seria expulso, sendo seu nome lançado no livro das culpas.

Para arrecadarem verbas para o benefício de pessoas mais necessitadas do município, a União Operária desenvolvia várias ações. Segundo Brasileiro Braz, em 1963, sob orientação de Arnaldo Vieira Lima, foi fundada a liga de futebol da cidade de São Francisco (BRAZ, 1997). No corrente ano, a União Operária Esporte Clube participou daquele evento esportivo. Na época, a diretoria era composta pelos seguintes membros:

Presidente: Dioclésio Rodrigues Cordeiro; Vice-presidente: José Gonçalo de Souza; 1º Secretário: Carlos Alberto de Almeida; 2º Secretário: Valdemiro Francisco da Silva; 1º Tesoureiro: Antônio Raimundo Cardoso; 2º Tesoureiro: Expedito Santos Souza; Diretor de esportes: João Murilo Barbosa dos Santos.

Em sua edição do dia 14/ 12/ 1969, o *SF, O jornal de São Francisco* (SF, 1969: 03) descreveu um jogo beneficente no qual o Lions Club de São Francisco estaria promovendo no “Estádio Caio Martins” o encontro entre as equipes do “Caio Martins” e União Operária (titulares e aspirantes). Segundo o jornal, a renda seria em benefício do natal dos “velhos” do asilo.

A diretoria e os sócios, ao longo da década de 1960, se empenharam para construir um espaço para atendimento às pessoas com algum tipo de enfermidade, *O Jornal de São Francisco* (SF, 1969:04) descreveu que “em solenidade realizada no dia 26 de julho, às 15 horas, foi inaugurado o Posto de Assistência e Socorro de Urgência União Operária São Francisco de Assis.” Segundo o jornal, foi um acontecimento auspicioso, que veio, também, marcar o espírito de direção da instituição que estava voltada para o atendimento dos menos favorecidos. O horário de atendimento no posto de socorro era das 8 às 14 horas, diariamente. Os remédios eram conseguidos com os viajantes de laboratórios que doavam à Operária para distribuí-los para a população carente.

As demandas por ajuda às famílias carentes do município de São Francisco aumentaram drasticamente após a década de 1970 devido a dois fatores: a modernização agrícola e a enchente de 79. A União Operária procurou, juntamente com o poder público local e outras entidades assistencialistas, minimizar o sofrimento das pessoas que perderam abrigo e trabalho devido a fatores econômicos e climáticos.

Na referida década, fazendeiros passaram a “se livrar” de agregados e contratação de trabalhadores rurais devido ao uso da indústria química na agricultura e uso cada vez maior de máquinas em substituição ao homem. O êxodo rural causou um crescente número de desabrigados, mendigos e desempregados na cidade. Segundo *O jornal de São Francisco* (SF, 1975: 01), as famílias deixavam o campo alegando os mais variados motivos: “falta de trabalho, problemas de saúde, educação e o mais repetido ultimamente – ninguém mais quer agregado em suas terras”.

A situação ficou mais crítica com a enchente de 1979, que arrasou diversos municípios norte-mineiros. São Francisco foi um dos mais afetados, sendo que muitos

povoados, por se localizarem próximos às margens do Rio, ficaram alagados. As pessoas começaram a se deslocar para bairros pobres. De acordo com Eduardo Rodrigues da Silva (SILVA, 2013:64), “muitas pessoas se abrigavam em casas de parentes ou de conhecidos, até encontrarem um local para se fixarem. Na falta de parentes, improvisavam casebres de papelão, de lata, barro ou lona em terrenos distantes do perímetro urbano.”

As estatísticas comprovam a intensa saída, eufemismo que se refere à expulsão, de pessoas do campo no município ribeirinho. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos anos de 1970, a população urbana de São Francisco era composta por 7.218 pessoas, enquanto a população rural era de 51.036 habitantes. Já na década de 1980, a população urbana subiu para 13.719 e a rural caiu para 48.164. Nos anos seguintes, começou a haver um equilíbrio entre as duas populações, como, por exemplo, em 2000, onde havia 27.711 pessoas residindo no perímetro urbano e 23.648 ocupavam a área rural da cidade, ou seja, 54% da população era urbana e 46%, rural.¹

Os objetivos de assistência social (promover o conagraçamento da classe operária da cidade, o desenvolvimento das letras e das artes de seus associados e festas recreativas aos associados) foram desenvolvidos com entusiasmo e vigor pelos membros da União Operária ao longo da segunda metade do século XX, como pode ser observado nas pesquisas de João Botelho Neto (NETO, s/d).

A sede da União Operária abrigou os flagelados das enchentes que ocorreram na cidade, dando ênfase a enchente de 1979, que foi uma das maiores que abalou parte do Estado de Minas Gerais, atingindo a cidade de São Francisco. Nela funcionou o primeiro ginásio fundado pelo professor Arnaldo Ribeiro e o Instituto Educacional Coronel José Ortiga, cujas primeiras aulas foram dadas em seu salão. Alfabetização de adultos, curso de madureza, seção eleitoral, escritório do Departamento de Trânsito (DETRAN), sindicato da construção civil, sindicato dos trabalhadores rurais e várias outras entidades tiveram a “Operária” como primeiro abrigo.

Não somente de trabalho e auxílio mútuo vivia a Operária. Eram diversas as formas de entretenimento e lazer que mobilizavam não apenas os sócios e suas famílias, mas toda a sociedade de São Francisco. Existiam bailes de carnaval, danças de capoeira, quadrilha, folias, músicas, corridas de bicicletas, festas dos Reis e Pastorinhas (realizada entre os dias 25

¹ Os censos demográficos, realizados pelo IBGE, no município de São Francisco, estão disponíveis em: <<http://cidadesnet.com/municipios/saofrancisco>>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

de dezembro ao dia 06 de janeiro) e a tradicional corrida de canoas que era seguida de uma procissão em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes.

A responsabilidade social e cultural da Operária foi motivo de muitas alegrias durante anos para centenas de pessoas, conquistas essas que eram comemoradas, principalmente, no dia 1º de maio, o Dia do Trabalho. Apesar de haver outros locais de comemoração, o *SF, O Jornal de São Francisco* destacou, em sua edição de maio de 1969, que “a programação maior e de mais destaque foi da União Operária que às 20 horas do dia 1º realizou uma solenidade, quando foi exaltada a vida do trabalhador” (SF, 1969: 04).

Nestas ocasiões especiais, como Dia do Trabalho, eram organizadas, pela União Operária, corridas de canoas, apresentações folclóricas, áreas de recreação para crianças, almoço coletivo, missa de agradecimento e hasteamento da bandeira nacional. Reuniam-se sócios novos e antigos e algumas autoridades locais, todos em um clima de ânimo e descontração. A imprensa local anunciava os festejos em comemoração ao Dia do Trabalho:

Queremos no dia do trabalho, felicitar todos os trabalhadores do Brasil e do mundo. Mas, especialmente, os filiados da “Sociedade União”, fundada em 17 de abril de 1932, que sem sombra de dúvidas já é considerada um de nossos patrimônios históricos. Desejamos, ainda, à classe, que continue unida. “Nunc el semper et in secula seculorum”. Agora e sempre e até o século dos séculos (SF, 1984:06).

As manifestações de 1º de Maio ocupavam lugar privilegiado no calendário da União Operária. No salão da entidade ou nas ruas da cidade, sempre existiam atos públicos, sessões solenes, apresentações diversas, concursos e brincadeiras em alusão à data consagrada ao trabalhador. O 1º de Maio era uma oportunidade dos sócios discutirem o passado, presente e futuro da União Operária.

A troca de informações, experiências, adversidades e conquistas eram temas de conversas entre os operários que ouviam discursos de autoridades e da diretoria da Operária no sentido de glorificação do trabalho, atribuindo-se a este uma sacralidade, distanciando-se de noções como exploração e castigo. As celebrações do 1º de Maio mostravam para a sociedade em geral e para os próprios membros da operária as múltiplas experiências da entidade e o convívio pacífico entre as classes.

No dia 1º de Maio, era possível visualizar de forma clara o quanto existia uma harmonia entre as classes, seja nos discursos, nas práticas esportivas ou brincadeiras e, ademais, o quanto aquilo era visto com normalidade e sendo exaltado não apenas por autoridades eclesiais, políticas e econômicas, mas também pelos próprios operários.

A participação na União Operária era passada de pai para filho e isso era bem visto aos olhos da comunidade, já que, de alguma forma, garantia status e direitos aos membros. Mesmo depois de dias de labuta, no campo ou na cidade, muitos trabalhadores atendiam ao apelo da Operária para participarem das reuniões e deliberarem novas ações a serem tomadas, mostrando que o empenho de cada membro ajudava a construir a memória da instituição e consolidar sua história em uma pequena cidade norte-mineira.

Completadas mais de oito décadas, a União Operária São Francisco de Assis passou por várias transformações decorrentes da mudança na situação política e econômica pelas quais passou o país e, em particular, o município de São Francisco. O trabalho de assistência social e cultural e a aceitação de princípios ideológicos da classe dominante manifestadas no lema “Deus, União e Trabalho” fizeram com que a entidade se adaptasse e convivesse com períodos históricos diferentes.

Não passa despercebido o fato de que, atualmente, a entidade esteja esquecida por parte de muitos moradores, autoridades públicas e trabalhadores, sendo notória a diminuição do número de sócios e ações realizadas em prol da comunidade de São Francisco. As reuniões, comemorações do 1º de Maio, concursos, festividades religiosas e experiências de assistência social não são mais corriqueiras no seio da União Operária na atualidade, sendo que as novas gerações passam em frente a sua sede no centro da cidade e não conhecem o significado daquela casa histórica, espaço onde homens se reuniam para ajudar a construir a história do município ribeirinho.

Considerações Finais

As formas de trabalho, sociabilidades, organização e ajuda mútua de pessoas que muitas vezes não ocupam um lugar nas linhas da história oficial foram mostradas neste artigo. Segundo Marcel Roncayolo (RONCAYOLO, 1986:397) qualquer cidade acumula “uma grande soma de experiências históricas”, sendo que entendemos a configuração do espaço, seja ele urbano ou rural, a partir das experiências e movimentações dos seus sujeitos.

A ação comunitária é a resultante do esforço cooperativo de sujeitos que tenham consciência de seus problemas e se organizam para resolvê-los. Cada indivíduo, ao colocar parte do seu tempo e parte dos seus talentos em prol do próximo, é capaz de ajudar a melhorar a qualidade de vida do espaço social em que está inserido. Estas ações coletivas obviamente não substituem o Estado como o principal responsável de fomentar ações que tenham por finalidade gerar bem estar social para a população.

Os escritos em latim *Labor Omnia Improbis Vincit* (o trabalho vence todos os obstáculos) são visíveis na entrada da União Operária São Francisco de Assis, mostrando quais eram as diretrizes que norteiam suas ações. As citações da imprensa local mostram que a entidade possui uma grande relevância histórica, social e cultural para o município ribeirinho.

Para além de mostrar a articulação da classe e do movimento operário tanto na luta por seus interesses mais gerais, como em auxílio a causas específicas, foi possível verificar como a ideologia da Doutrina Social Cristã exerceu influência nos estatutos e práticas da União Operária. A ideia de “construção do reino de Deus na terra” excluía o antagonismo entre classes sociais distintas bem como a luta violenta pela socialização dos meios de produção como proposto pelas teses marxistas.

Além do assistencialismo e entretenimento proporcionado à classe trabalhadora, a União Operária serviu como forma de disciplinar os operários, exercendo mecanismos de controle contra diversas formas de convulsão social ao mesmo tempo em que reafirmava a presença da Igreja católica na sociedade e a conformidade com as regras de relação patrão-empregado propostas pelo governo de Vargas.

FONTES

Diversos

BOTELHO NETO, João. **União Operária, exemplo a ser seguido**. São Francisco, s/d. Avulso. ONG PRESERVAR. (Núcleo de pesquisa e preservação do patrimônio Histórico e Cultura de São Francisco-MG)

ONG PRESERVAR (Núcleo de pesquisa e preservação do patrimônio Histórico e Cultura de São Francisco-MG). **Estatuto da União Operária**: União Operária, São Francisco. 1937.

Endereços eletrônicos

<http://cidadesnet.com/municipios/saofrancisco>.

Jornais

SF, O jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo, 04/05/1969. Ano IX, nº 341.

SF, O jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo, 03/08/1969. Ano IX, nº 353.

SF, O jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo, 14/12/1969. Ano IX, nº 371.

SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo, 23/11/1975. Ano XV, nº. 748.

SF, o jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo, 15/05/1977. Ano XVI, nº. 821.

SF, O jornal de São Francisco. São Francisco, Domingo. 29/04/1984. Ano XXI, nº 1.129.

O Barranqueiro. 12/10/2005. Ano IV, nº. 112.

Referências Bibliográficas

BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da história**. Belo Horizonte: Lemi, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Gustavo Zuquetto. **Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960)**. 107 Fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia. 2014.

RERUM NOVARUM. Carta encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. 11ª ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Região, v8. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **Histórias, memórias e viveres de trabalhadores em São Francisco /MG (1970-2010)**. 142 Fls (Dissertação de Mestrado). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2013.